

## As Muralhas Medievais e Post Medievais de Tavira

Manuel Maia/Maria Maia

CAMPO ARQUEOLÓGICO DE TAVIRA

Quando, em 1996, nos começámos a debruçar sobre a História de Tavira verificámos que toda a historiografia existente sobre a cidade se podia dividir em duas fases: uma anterior à obra de Borges Coelho<sup>1</sup>, em que os cinco séculos de ocupação islâmica são apresentados, como aliás para o resto do País, como um simples apontamento marginal; outra, iniciada, para Tavira, por Eva Maria von Kemnitz<sup>2</sup>, que recolhe das fontes islâmicas e divulga os poucos elementos respeitantes à cidade.

Com os nossos trabalhos no BNU inicia-se uma terceira fase na investigação sobre a história medieval da cidade de Tavira, em que, sem ignorar as fontes coevas, se procede a uma investigação que tem por base os dados objectivos fornecidos pela arqueologia.

### Sinopse da História de Tavira islâmica

No momento da conquista de Tavira pelas forças neogodas comandadas pelo mestre de Santiago, D. Paio Peres Correia, Tavira é descrita como uma das mais importantes cidades do Gharb al-Andalus<sup>3</sup>, as outras seriam Xelb e Xanta Maria b. Haroun.

As escavações que temos vindo a realizar, no Centro Histórico de Tavira, zona intra-muros, condicionadas como todas as intervenções de arqueologia urbana, não revelaram, pelo menos até ao presente, quaisquer vestígios de ocupação islâmica anterior ao século XI.

Autores como Eva Maria von Kemnitz<sup>4</sup>, no entanto, afirmam que a presença islâmica em

<sup>1</sup> Coelho, A. Borges, *Portugal na Espanha Árabe*, 1ª Edição, 4 vols., Lisboa, 1972-1975.

<sup>2</sup> Kemnitz, Eva M., "Presença Árabe em Tavira", in *Tavira do Neolítico ao século XX – Actas das II Jornadas de História de Tavira*, Tavira, 1993, pp. 109-118.

<sup>3</sup> Boisselier, S., *Naissance d'une Identité Portugaise: La Vie Rurale entre Tage et Guadiana de l'Islam à la Reconquête (Xe-XIVe siècles)*, INCM, Lisboa, 1999, p. 38.

<sup>4</sup> Kemnitz, *Idem*.

Tavira pode recuar aos primeiros tempos da invasão, talvez por 713<sup>5</sup>. Esta autora refere, ainda, que entre 1028-1063 se estabeleceu em Silves a família dos Banu Muzaiyin que terá dominado Tavira<sup>6</sup>.

Resulta, no entanto, um pouco estranha esta cronologia se tivermos em consideração que as fontes são omissas em relação a Tavira até ao segundo quartel do século XII, quando, por volta de 1130-1140 Idrisi<sup>7</sup> a menciona como *al qaria* (uma micro unidade administrativa rural, ainda que no Corão este termo seja utilizado para designar cidades como Meca e Medina<sup>8</sup>). Poucos anos mais tarde, em 1160, Ibn Sahib<sup>9</sup> descreve-a como *hisn*<sup>10</sup> (povoação muralhada ainda que não seja forçosamente cabeça de distrito, circunstância em que seria designada por *iqlim*<sup>11</sup>). Este *iqlim* teria possivelmente como centro urbano Tavira, mas principalmente Cacela/Quinta do Muro, referida nas fontes árabes como *Qastalla*. Contudo, Tavira distinguia-se do termo de Cacela, a julgar pelo documento de doação à Ordem de Santiago que atribui ao termo desta última como limite ocidental o *flumynys debenaamor*.

Durante o século XII, o regime almorávida entrou em profunda decadência. Ameaçado no Norte de África, a braços com insurreições no Al-Andalus e ameaçado constantemente pela pressão cristã, não conseguiu impedir que chefes políticos ou religiosos proclamassem a independência, iniciando o chamado segundo período de Taifas.

Uma corrente religiosa de um iniciado no estudos do *sufismo*, Ibn Qasi, que procurou difundir a sua ideologia junto das populações rurais e, portanto, afastado das pressões exercidas pelo aparelho de controlo almorávida vem ao encontro das revoltas anti-almorávidas no Al-Andalus. Ibn Qasi auto-proclama-se *Mahdi* e apresenta-se como o salvador da comunidade face à injustiça vigente, tornando-se a cabeça do movimento religioso dos *muridin*, dos quais Sidrây Ibn Vizir foi chefe político.

Os almóadas tiveram uma primeira intervenção na parte ocidental do Al-Andalus em 1147 que não teve sucesso, tendo dado lugar a uma nova fase de desmembramento político nesta região, período que Sidrây Ibn Vazir aproveitou para se auto-proclamar soberano independente. Ao mesmo tempo Ibn Qasi estabelecia-se em Silves, Ibn Mu'nib em Tavira e Tasfin em Mértola.

Com efeito, em 1146 tropas almóadas acompanharam Ibn Qasi numa expedição destinada a submeter várias cidades do Gharb Al-Andalus, que culminou com a conquista de Sevilha em 1147 e que trouxe uma nova divisão administrativa a esta região. Estas movimentações levaram ao poder novos governadores como Ibn Qasi, em Silves e 'Amil Ibn Mu'nib em Tavira.

<sup>5</sup> *Ibidem*, p.110.

<sup>6</sup> *Ibidem*, p.111.

<sup>7</sup> Al Idrisi, *Geografía de España*, trad. E. Saavedra e A. Blázquez, "Textos Medievales", 37, Valencia, 1974.

<sup>8</sup> Al-Wohaibi, A. N., "Karya", in *Encyclopaedia of Islam*, New Edition, Leiden, 1997.

<sup>9</sup> Ibn Sahib (al Sala), *Al mann bi'l imama. Estudio preliminar, traducción e índices por Ambrosio Huici Miranda*, (trad. A. Huici Miranda), "Textos Medievales", 24, Valencia, 1969.

<sup>10</sup> Terrasse, H., *Hisn*, *The Encyclopaedia of Islam*, Leiden/London, 1979.

<sup>11</sup> Miquel, A., *Iklim*, *The Encyclopaedia of Islam*, Leiden/London, 1979.

Poucos meses depois da tomada de Sevilha, o poder almóada atravessa uma grave crise, com epicentro em Marrocos e que deu ocasião a que várias regiões do Al-Andalus se revoltassem de novo, começando por Niebla e estendendo-se a Silves, Tavira, Faro, Badajoz e Mértola. Rapidamente, porém, o soberano almóada 'Abd al-Mumen Ibn'Ali enviou um exército sob o comando do general Yussuf Ibn Sulayman para restabelecer a ordem nestas regiões. Começou por apoderar-se de Sevilha e tendo submetido sucessivamente Niebla e Tejada, a região de Silves, a cidade de Tavira, Loulé, Faro e a região de Badajoz<sup>12</sup>.

Por estes anos, os almóadas preocuparam-se mais em unificar as regiões submetidas ao seu poder do que em combater as investidas cristãs. Os habitantes de Niebla foram massacrados por se terem revoltado em 1154 e, em 1157, abu Ya'qub enviou uma expedição militar ao Gharb contra duas cidades ainda não submetidas: Tavira e Mértola. A primeira fortaleza, comandada por Al-Wahibi consentiu em reconhecer a doutrina almóada, sem contudo entregar a praça aos sitiantes, enquanto o senhor de Mértola foi obrigado a ceder a fortaleza.

A cidade de Tavira, bem como o castelo de Cacela mantêm a sua autonomia até 1168. Em 1169, o califa almóada convoca os governadores do Al-Andalus a Marraquexe e Abu Yahya Zakariyya 'b. Yahya b. Sinan foi nomeado governador de Tavira, Faro e Loulé<sup>13</sup>.

Depois de reunificado o território e perante a instabilidade interna e o avanço da "Reconquista" os emires procuraram reparar antigas muralhas e ampliar e tornar mais robustas as cinturas defensivas das principais cidades. Foi então que Tavira recebeu novas muralhas de taipa<sup>14</sup>.

Sabemos, pois, que pelo menos desde 1160 Tavira é um *hisn*. Ignoramos se com este termo Ibn Sahib pretende designar um castelo ou uma povoação amuralhada embora nos inclinemos mais para a segunda hipótese.

A antiga tradição local coloca a antiga mesquita maior no ponto onde hoje se ergue a Igreja de Santa Maria<sup>15</sup>.

Sem que aí se realizem escavações arqueológicas torna-se difícil confirmar insofismavelmente esta tradição ainda que a localização do templo no centro geográfico da cidade muralhada e no ponto mais alto da colina pareça confirmar o que a memória colectiva nos transmitiu.

Sabendo nós que no século XI, já existia uma povoação muito próspera, como o documentam os materiais arqueológicos exumados (entre os quais se destaca o já suficiente-

---

<sup>12</sup> Khawli, Abdallah, "La Famille des Banu Wazir dans le Garb d'al-Andalus aux XIIe et XIIIe Siècles", in *Arqueologia Medieval*, 5, Mértola, 1997, pp.103-115.

<sup>13</sup> Viguera Molins, M. J., *Los Reinos de Taifas y las Invasiones Magrebis*, Madrid, 1992, p. 218.

Catarino, H., "O Algarbe Oriental Durante a Ocupação Islâmica", in *Al-Ulyā*, 6-8, Loulé, 1997-98, pp. 82-83.

<sup>14</sup> *Idem*, p. 855.

<sup>15</sup> Como parece ter sido norma, confirmável pelos casos de Santa Maria de Faro, Évora, Beja e Santarém.

*Ibidem*, p. 96 ss.

mente conhecido "Vaso de Tavira"<sup>16</sup>), parece-nos quase provada a existência de uma mesquita central, ao lado da qual funcionaria o mercado de levante. Geralmente o edifício de culto ocupava o centro geográfico da *medina* que sabemos ter existido pelas informações de Ibn Sahib<sup>17</sup>. Somente o prosseguimento das escavações dentro do casco urbano, intra-muros, nos permitirá identificar o seu traçado.

### **A muralha do período almorávida**

É nossa convicção, como anteriormente ficou exposto, que terá existido uma muralha anterior ao período da dominação almóada.

Vários são os factores que fortalecem esta nossa hipótese de trabalho:

1º O facto de Ibn Sahib<sup>18</sup> descrever Tavira como um *hisn*.

2º A riqueza do material exumado que aponta para uma sociedade próspera que não podia estar à mercê de agressões externas, o que significa estar protegida por muralhas.

3º A resistência, conseguida, ao cerco almóada por terra e mar que, mesmo assim, não logrou conquistar Tavira.

O traçado dessa primeira muralha é-nos, por enquanto, difícil de determinar não podendo, por isso, ir além de simples conjecturas.

O Castelo de que existem vestígios da primitiva construção (foto 1)<sup>19</sup> ocuparia o ângulo SE e a cidade muralhada, pouco extensa, orientar-se-ia no sentido Norte – Sul (planta). A sua face Oeste corresponderia à rua D. Paio Peres Correia, onde o desnível ainda visível entre esta rua e o jardim poderá ser um vestígio desta estrutura, prolongando-se pelo mesmo traçado da muralha existente por trás da rua António Viegas. O lado Norte corresponderia ao pano de muralha existente por trás do Convento da Graça, sobre a rua da Bela Fria. A face Leste seguiria pela calçada de Santa Maria, cruzaria o Parque de Festas, atravessaria o largo do Castelo e entroncaria no Castelo, talvez no pano que sai da muralha (foto 2), ao lado da porta mandada construir por D. Dinis, a menos que se trate do que resta de uma torre avançada que guardasse uma porta em cotovelo de período almóada. A face Sul destruída na segunda metade do século XX estaria implantada sobre a rua da Liberdade.

Felizmente que toda esta zona está incluída na ZEP de Tavira e assim temos garantias de que futuras escavações arqueológicas irão contribuir para que um dia possamos confirmar ou abandonar estas conjecturas e, ao mesmo tempo, preservar todos os vestígios das estruturas defensivas desta cidade.

<sup>16</sup> Maia, M. G. P., *Lendas das Mouras Encatadas de Tavira*, Catálogo de exposição, Tavira, 1999.

*Idem*, "O Vaso de Tavira" e o seu contexto, in *Actas do Colóquio sobre Portugal, Espanha e Marrocos*, Faro, 2000, (em publicação).

<sup>17</sup> *Idem*, *Op. cit.*, nota 9.

<sup>18</sup> *Idem*.

<sup>19</sup> Pavón Maldonado, Basilio, *Tratado de Arquitectura Espano – Musulmana 2 Ciudades y Fortalezas*, CSIC, Madrid, 1999, p. 357, nº 6.

## A Expansão da cidade no século XII

Tavira, porém, mesmo antes do período almóada, extravasou esses hipotéticos primitivos muros e estendeu-se até zonas não defendidas.

As escavações realizadas, em 1996, na agência do BNU, revelaram que aqui terá existido um vazadouro do século XI, para onde foram lançadas peças como o "Vaso de Tavira", a Floreira, o Cantil, para além de muitas outras que, a pesar de menos espectaculares, se revestem de grande significado cronológico e histórico<sup>20</sup>. Sobre esta lixeira e selando-a havia uma espessa camada de terra praticamente estéril. Na parte superior deste estrato estavam implantados os alicerces e esgotos das habitações de um bairro do século XII que foi destruído para permitir a construção da muralha almóada. Destas casas apenas restavam as traseiras onde, como é habitual, se localizavam as latrinas (foto 3), encostadas à parede exterior da casa. Paralela a esta parede corria estreita rua sob a qual estava implantado um complexo sistema de esgotos e fossas sépticas (foto 4)<sup>21</sup>.

Vemos, por aqui, que embora no século XI esta zona, mais próxima do rio, apenas fosse utilizada como lixeira, no século XII, e após os entulhos para aí lançados serem tapados por espessa camada de terra, recebeu a construção de um bairro não defendido por muralhas.

## As muralhas almóadas

O nosso primeiro contacto com as muralhas de Tavira ocorreu em 1996 quando realizámos os primeiros trabalhos arqueológicos na agência do BNU, escavações que revelaram um troço desconhecido do muro defensivo construído em taipa ciclópica correspondente à variante 3 de Bazzana<sup>22</sup>, típica do período almóada, a que se adossava uma torre em taipa militar que teria sido revestida a pedra como é usual naquele período e de que existem outros exemplos em Tavira.

Vimos, anteriormente que um bairro datado já no século XII, tinha sido demolido para a construção da muralha. Os materiais arqueológicos recolhidos nas camadas que se sobrepunham a essas construções e que, portanto, eram contemporâneos da edificação da muralha eram constituídos por abundantes fragmentos de grandes talhas vidradas a verde e com elaborada decoração estampilhada (foto 5), cântaros pintados com simples traços a vermelho e castanho e loiça de uso doméstico, peças todas elas atribuíveis à segunda metade do século XII.

À superfície, imediatamente sob o soalho da pensão que aí tinha funcionado, e apenas em

---

<sup>20</sup> Caso de um prato com o fundo esmaltado a branco e decoração fitomórfica a *corda seca total* e de outro, também esmaltado, cuja linha central é ocupada por uma inscrição a manganês.

<sup>21</sup> Maia, Maria G.P. e Maia, Manuel, "Tavira Colónia Fenícia – Cidade Islâmica", in *Actas da IV Jornadas Históricas de Tavira*, Tavira, 1998, (em publicação)

Maia, Maria G.P. *Op. cit.* na nota 14 (2).

<sup>22</sup> Bazzana, A., «Eléments d'archéologie musulmane dans Al-Andalus. Caractères spécifiques de l'architecture militaire arabe de la région valencienne», in *Al-Qantara*, I, CSIC, Madrid, 1980, pp. 358-360.

algumas áreas que não tinham sido perturbadas pela colocação de esgotos, identificavam-se, com bastante facilidade alguns troços da calçada que pavimentava o *adarve* que corria ao longo das muralhas e as separava dos edifícios civis (foto 6). Esta calçada foi cortada transversalmente por uma parede da Primeira Dinastia mas, numa das zonas onde era perfeitamente visível, entrava sob uma construção que datamos de época contemporânea ou pouco posterior a D. João I.

A escavação permitiu-nos ainda analisar o processo de construção desta muralha de taipa ciclópica.

Aparentemente nesta construção não foram utilizados as taipais que habitualmente servem de cofragem à construção em terra. A face exterior foi construída por fases, consistindo numa parede em calcário cinzento da região, com apenas 15 a 20 cm de espessura e cada troço devia ter menos de 50 cm, talvez um côvado, de altura. Esta face da muralha, destinada a ficar visível desde o exterior, servia de cofragem para a argamassa de cal, areia e pedras que constituía o seu interior. Na face posterior, cuja face foi concebida para ficar soterrada, e se situava a 4,5 m da superfície foi o próprio terreno, deficientemente aprumado, que serviu de suporte para a argamassa vazada. Daqui resultou que os elementos consistentes da massa, cal, areia e pedras de menores dimensões tivessem penetrado no terreno ocupando os ocos pre-existentes (foto 7). Atingido, na face interior, o nível da rua, a construção prosseguiu utilizando também aqui o sistema do revestimento de pedra afeiçoada que serviu de cofragem.

Na área que escavámos a muralha tem 3,5 m de espessura e uma altura que ronda os 10 m. Nela foi aberto um arco (foto 8) e construída uma cisterna de que apenas resta o fundo.

Adossada a esta muralha em taipa ciclópica, e como já referimos, existia uma torre construída em taipa militar. Esta torre e o troço de muralha que se prolongaria para Oeste, em direcção ao arco dito de D. Manuel, foram destruídos para dar lugar a dois edifícios, um que fazendo esquina entre a Praça da República e a rua da Galeria encosta ao arco e outro que se segue a essa porta.

Para ocidente a muralha almóada é ainda visível nas traseiras da Pensão Castelo embora se encontre em muito mau estado de conservação. Continuando na direcção do Castelo a muralha seguiria as curvas de nível como é característico e não o traçado proposto no levantamento efectuado pelo autor do plano de recuperação do Centro Histórico. No novo edifício da Pensão Castelo vimos destruir a camartelo um espesso pano de muralha e, mais próximo do Castelo, vê-se ainda um outro troço que sai da empena de um edifício recente. A Torre Albarrã do castelo, por si só, é demonstrativa de que a muralha não poderia ter o traçado proposto no dito plano de recuperação, porque naquela hipótese esta torre ficaria dentro do perímetro muralhado o que não faz qualquer sentido.

Esta torre albarrã cuja base foi posta a descoberto em 1997, quando aí se iniciou a obra da construção de uma escada que há-de permitir o acesso ao Castelo desde a rua da Liberdade, é de taipa militar revestida a pedra.

Do castelo, a muralha almóada dirigir-se-ia à torre que se localizava no local onde hoje se ergue o edifício dos Correios e onde se abriria a porta da Alfeição.

Na rua da Porta do Postigo existe outro pano de muralha almóada, esta não em taipa ciclópica mas em taipa militar, sendo este o único troço que até ao momento identificámos deste tipo de construção (foto 9).

Pomos a hipótese de que, no período almóada o traçado da muralha uniria, directamente a zona da porta da Alfeição com este troço na rua do Postigo, embora junto da torre oca se possa ver um troço de muralha que poderá ser de taipa militar<sup>23</sup>.

Continuando a seguir a muralha no sentido dos ponteiros do relógio chegamos à zona onde se situava a Porta do Postigo que pensamos ter identificado nas traseiras de um prédio no Largo com o mesmo nome.

A muralha seguiria contornando o actual Convento da Graça, primeiro direito à actual Torre da Vigia e depois pela rua da Bela Fria onde se erguia uma torre albarrã de que resta o pas-sadiço (foto 10). Mais à frente, talvez na calçada de Santa Maria ficava a Porta da Bela Fria<sup>24</sup>, defendida pela referida torre.

Mais para Norte, há notícia de outra porta, a Porta dos Pelames que o capitão Anica<sup>25</sup> coloca no início da calçada de D. Ana onde ainda existe uma ombreira datável do período Manuelino. Parece-nos mais provável que esta porta se localizasse no topo da Travessa dos Pelames e ao fundo da Travessa de D. Ana. Levantamos esta hipótese não tanto por aí existir actualmente uma abertura na muralha mas devido à existência de duas torres construídas em taipa militar (fotos 11 e 12) e que, pela sua proximidade, parecem destinadas a defender uma porta.

Da porta referida a muralha seguiria em direcção ao rio mas a face que dá para o Gilão não teria um traçado igual ao que actualmente se pode observar e que consideramos de período Manuelino. Não correria ao longo da rua dos Pelames mas sim pelo terreiro do Parguinho e pela rua de Gonçalo Velho até ao antigo Terreiro da Porta da Vila, onde forçosamente haveria uma porta, e seguiria entre a rua de Gonçalo Velho e a Travessa da Fonte.

A face que se erguia sobre a actual Praça da República e que ligava ao troço por nós descoberto na agência do BNU, foi demolida na década de 50 do século XX. Porém uma gravura seiscentista e uma fotografia do século XIX<sup>26</sup> permitem-nos saber que aqui existiu uma torre albarrã, destruída no século XIX, de planta muito semelhante à que se encontra no Castelo.

Esta torre albarrã poderia proteger uma porta em cotovelo que daria acesso à ponte.<sup>27</sup>

<sup>23</sup> Tivemos oportunidade de ver esse troço numa fotografia do Dr. Fernando Branco Correia apresentada neste mesmo Seminário.

<sup>24</sup> Anica, A.C., *Tavira e o Seu Termo*, Ed. Câmara Municipal de Tavira, 1993, p. 73 e nota 3.

<sup>25</sup> *Idem* p. 74.

<sup>26</sup> Vasconcelos, Damião Augusto de Brito, *Notícias Históricas de Tavira 1242/1840*, Anotações de Arnaldo Casimiro Anica, ed. Câmara Municipal de Tavira, 1989, Apêndice, p. 313.

<sup>27</sup> Pavón Maldonado, B., *Op.cit.*, pp. 252-278.

### **Muralha medieval portuguesa**

Sabemos que nos reinados de D. Afonso III e de D. Dinis foram feitas obras de restauro na muralha de Tavira.

Nós próprios localizámos um troço de muralha deste período na calçada de D. Paio Peres Correia, no terreno da Pensão Castelo (foto 13).

Esta muralha, toda construída em pedra, tem um traçado mais para o interior da cerca, em relação à almóada. O troço que vimos destruir a camartelo estava mais próximo da rua da Liberdade.

Pensamos que será de período já português a maior parte da muralha que da porta da Alfeição se prolonga até à rua dos Mouros e daí até à rua da Porta do Postigo.

Da mesma época é a torre da Vigia.

### **Muros manuelinos**

Para além da porta dita de D. Manuel que também nós pensamos ser anterior àquele monarca que talvez a tenha melhorado<sup>28</sup>, consideramos que também o pano que corre paralelo à rua dos Pelames e a que a tradição popular chama barbacã será de período Seiscentista (foto 14).

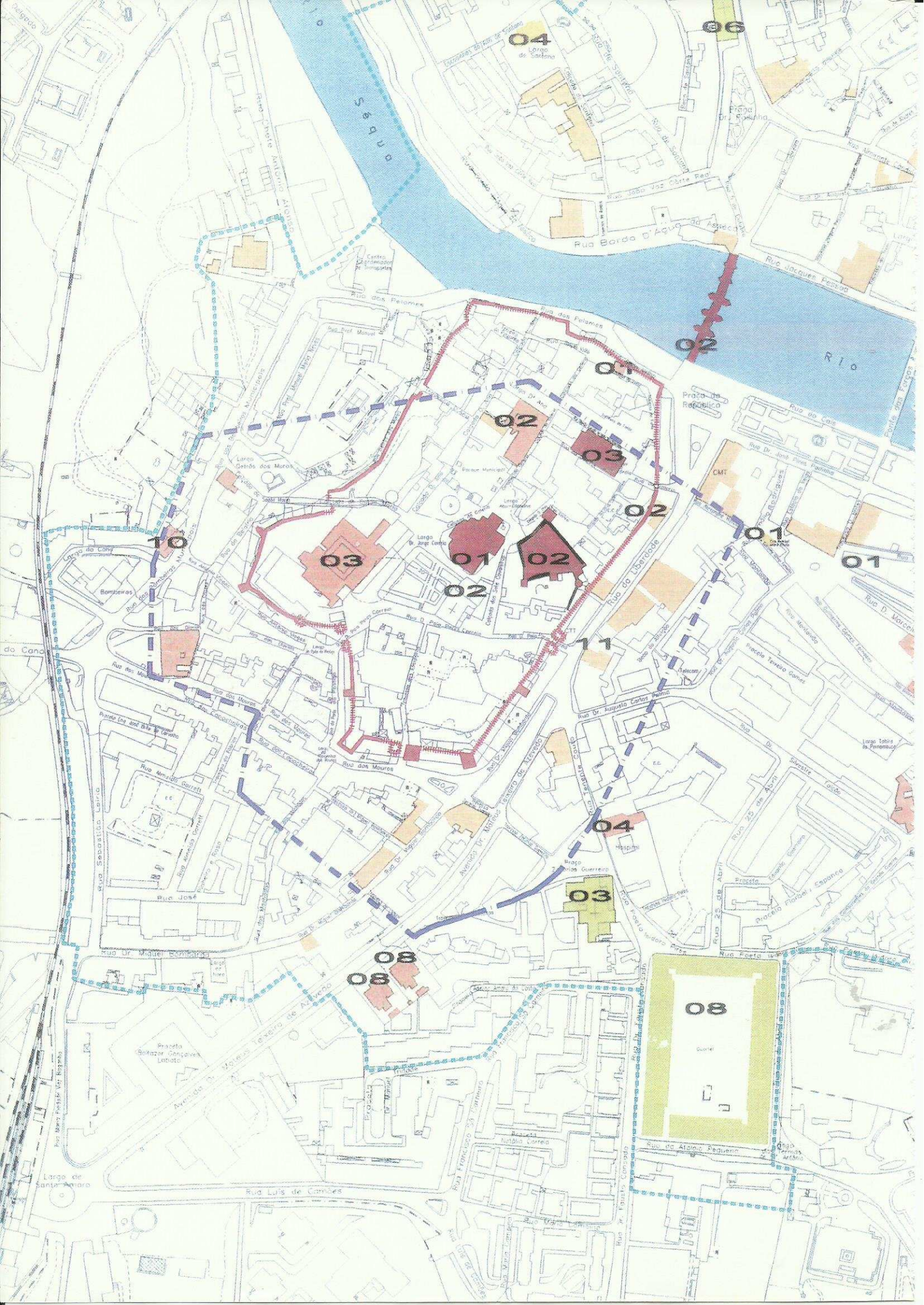
### **Nota final**

Não queremos terminar esta breve apresentação da muralha de Tavira, a que falta ainda muito trabalho de campo e de gabinete, sem declarar a intenção do Campo Arqueológico de Tavira de proceder ao estudo e publicação de uma monografia aprofundada sobre este monumento.

---

<sup>28</sup> No que concordamos com o capitão Anica, *Op cit.*, p. 74.



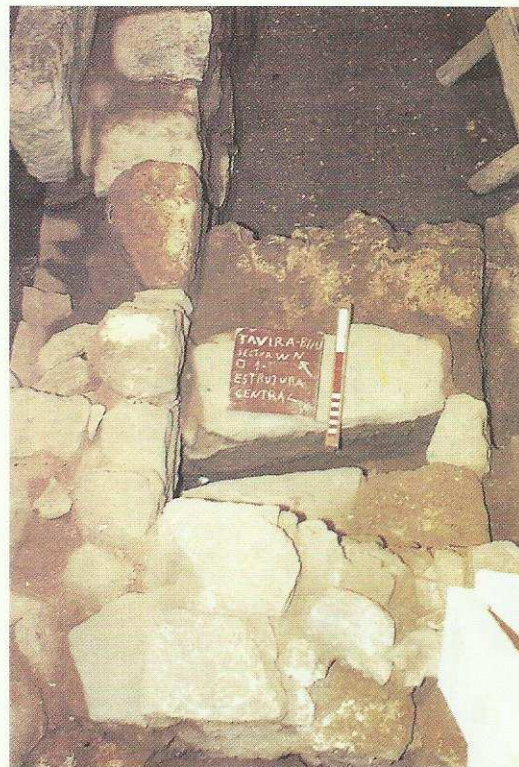




(foto 1)



(foto 2)



(foto 3)



(foto 4)



(foto 6)



(foto 5)



(foto 7)



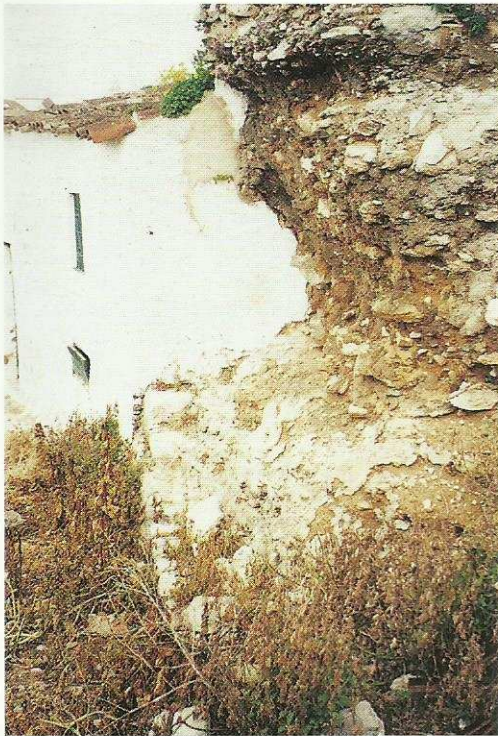
(foto 8)



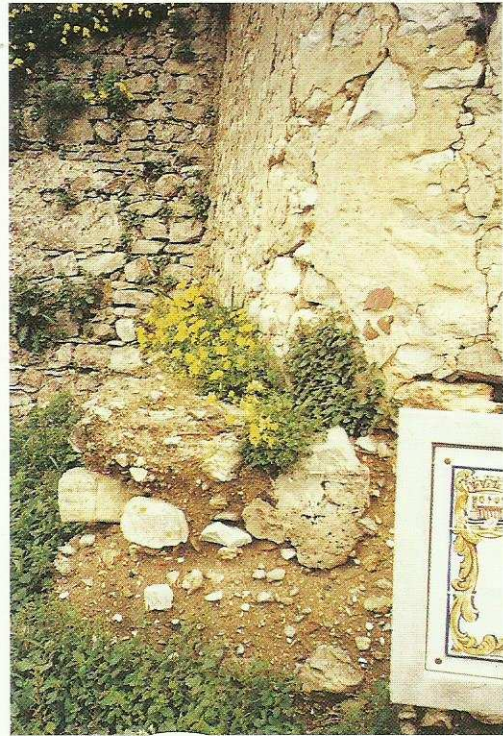
(foto 9)



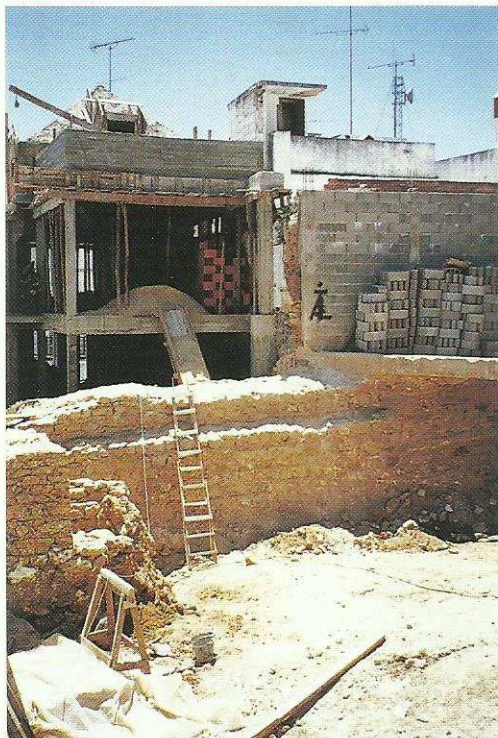
(foto 10)



(foto 11)



(foto 12)



(foto 13)



(foto 14)